



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE  
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA  
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO  
RECORTE DE JORNAIS

Jornal do Dia 24 e 25/06/2015

## ▼ cidades

# MP cobra atendimento ao público pelo Hospital da Polícia Militar

O Ministério Público de Sergipe, por intermédio da Promotoria de Justiça dos Direitos à Saúde, Recomendou ao Governo do Estado de Sergipe que dê utilização eficiente, funcional e efetiva ao Hospital da Polícia Militar e seus respectivos profissionais, abrindo suas portas para toda a sociedade sergipana, com destinação pública no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS.

Para expedir a Recomendação, os promotores de Justiça Fábio Viegas, Antônio Forte, Alex Maia e Nilzir Soares Vieira Júnior consideraram a atual conjuntura da Saúde Pública de Sergipe. A superlotação na Rede Pública Estadual é fato veiculado, diariamente, na imprensa e é objeto de demandas judiciais e inquéritos civis, que tramitam no MP.

O MP realizou inspeção e constatou que o HPM possui estrutura física de alta qualidade, médicos qualificados nas mais diversas áreas de saúde, equipe de enfermagem preparada, ou seja, condições propícias para atendimento de toda a sociedade, realidade já constatada em outros Estados da Federação, a exemplo do Rio Grande do Norte.

Além disso, o MP considerou que os gastos advindos do Erário Estadual na manutenção do HPM, incluindo o pagamento dos recursos humanos, não justifica a subutilização do Hospital, restringindo o atendimento somente aos servidores vinculados à Secretaria de Segurança Pública - policiais civis e militares e

bombeiros militares.

O MP Recomendou que o governador do Estado cumpra o Recomendado em 60 dias e advertiu que, a omissão quanto à resposta do Estado importará na interpretação da infringência das obrigações Constitucionais e legais explicitadas na Recomendação. Assim sendo, o MP adotará as medidas cabíveis.

## Hospital Cirurgia está com funcionamento pleno

O Hospital Cirurgia voltou a prestar, integralmente, os serviços contratualizados com a Secretaria Municipal de Saúde. A decisão foi tomada após uma série de reuniões e tratativas intermediadas pelos Ministérios Públicos Estadual e Federal.

O acordo firmado permitirá uma cogestão que solucionará eventuais divergências entre o Hospital e a Secretaria, permitindo que não ocorra qualquer tipo de interrupção ou deficiência nas ações e serviços de saúde, destinados a bem atender aos usuários do Sistema Únicos de Saúde - SUS.

O período de cogestão não tem data para finalizar e será monitorado pelos Ministérios Públicos. Os promotores de Justiça da Saúde, Alex Maia e Antônio Forte, bem como o procurador da República, Ramiro Rockenbach, responsáveis pelas tratativas, acham que o acordo foi um grande passo para garantir um melhor atendimento aos pacientes do SUS. Eles enfatizaram a disposição e boa vontade da Direção do Cirurgia e da Secretaria Municipal de Saúde. De acordo com os agentes ministeriais, uma nova reunião está prevista para o final do mês de julho de 2015.